

O GOLPE MILITAR DE 1964 PELAS PÁGINAS DO JORNAL O ATIBAIENSE

NEVES, Beatriz¹; TOSIN, Giuliano²; MASSANÉIA, Lara Letícia³.

doi: <https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v20n20-405>

RESUMO

Fundado em 1901, O Atibaiense é um dos jornais mais antigos do interior do estado de São Paulo e um dos poucos da época que ainda existem. Assim como a grande maioria da imprensa brasileira, O Atibaiense apoiou deliberadamente o golpe militar de 1964, que era saudado pelos jornais como uma “revolução” pacificadora e indispensável à manutenção da ordem no país. O artigo analisa como o veículo de imprensa em questão manifestou sua opinião política na ocasião, abordando em suas edições assuntos como comunismo, fé cristã, família, capital privado e a necessidade da renúncia do presidente João Goulart.

Palavras-chave: Jornalismo regional. Golpe militar no Brasil. Memória.

ABSTRACT

Founded in 1901, O Atibaiense is one of the oldest newspapers still working in São Paulo's state. As well as most Brazilian's newspapers, O Atibaiense celebrated the military coup of 1964 as a peacemaking revolution, very necessary to keep the order in the country. This paper analyses how this newspaper manifested his public opinion at that time, addressing issues such as communism, christian faith, family, private capital and the deposition of the Brazilian's president João Goulart.

Keywords: Regional journalism. Military coup in Brazil. Memory.

¹ Estudante de Graduação do 8º semestre do curso de Jornalismo e pesquisadora de iniciação científica no CEPE (Centro de Estudos, Pesquisas e Extensão) da UNIFAAT, e-mail: beatriznevesjornalismo@gmail.com

² Orientador do trabalho. Professor do curso de Comunicação Social da UNIFAAT e pesquisador no CEPE, e-mail: giulianotosin@gmail.com

³ Estudante de Graduação do 6º semestre do curso de Jornalismo e pesquisadora de iniciação científica no CEPE, e-mail: laramassaneia@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa de iniciação científica realizada junto ao Centro de Estudos, Pesquisas e Extensão (CEPE) do Centro Universitário UNIFAAT, entre agosto de 2021 e setembro de 2022. Tem como objeto de estudo o jornal O Atibaiense, um veículo com mais de cem anos de história e presença marcante na Região Bragantina. Busca entender a posição política do jornal ante o golpe militar de 1964, tendo em vista o modo como este foi retratado pelo veículo. Também, de que maneira o jornal dialogou com o contexto histórico (local e nacional) da época e quais contrastes e semelhanças apresenta com os outros veículos de mídia impressa do mesmo período.

Como procedimento metodológico para a pesquisa foi realizado um grande levantamento e seleção de exemplares do jornal O Atibaiense disponíveis no acervo do Museu Municipal João Batista Conti, em Atibaia. Fora isso, levantamento bibliográfico e de outras fontes sobre O Atibaiense e o jornalismo brasileiro nos anos 1960. Fichamento de obras bibliográficas específicas sobre memória, resgate, identidade, cotidiano, jornalismo, teorias do jornalismo e história. Foram realizadas ainda entrevistas com diferentes fontes (professor, historiador e ex-prefeito) para completar as informações bibliográficas.

O percurso proposto pelo artigo inicia com uma descrição do papel da imprensa no período que cerca o golpe de 1964, evidenciando a posição predominantemente pró-golpe da maioria massiva dos veículos. Em seguida, apresenta um breve histórico da cidade de Atibaia e do jornal O Atibaiense para, posteriormente, analisar o conteúdo de publicações selecionadas desse veículo no período de 1963 a 1965.

1 A IMPRENSA E O GOLPE MILITAR DE 1964

Em 1964, ocorreu o golpe militar no Brasil, instaurando um governo autoritário e opressivo que se alongaria pelos próximos vinte anos. A desaprovação do governo de João Goulart foi fortalecida após algumas medidas ao longo de seu mandato. Segundo Napolitano (2014), Jango queria realizar uma reforma agrária, legalizar o Partido Comunista Brasileiro e centralizar a economia, posturas que não foram bem recebidas pela elite e pela direita brasileira, ainda mais após a Revolução Cubana de 1959. A crise institucional presente no governo naquela época apenas aumentou uma conspiração contra Jango que já se arrastava há tempos, cita o autor. De acordo com ele, abrangeu civis, militares, liberais, autoritários, empresários, políticos, classe média e burguesia, todos unidos pelo anticomunismo. Após o golpe de Estado, Jango foi para o exílio no Uruguai. No Brasil, os militares escolheram Castelo Branco para ser o novo

presidente. No dia 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional do Brasil elegeu o militar, que obteve 361 votos a favor e 72 abstenções.

No período de 1964 a 1985, os militares estabeleceram uma enorme censura à imprensa, perseguindo fortemente jornalistas e grandes veículos de comunicação. De acordo com Soares (1989), jornais de esquerda e jornais pró-João Goulart, como *Politika*, *Folha da Semana* e *O Semanário*, sofreram invasões e tiveram suas oficinas destruídas. Analogamente, o periódico *A Última Hora*, que mantinha uma posição favorável a João Goulart, foi invadido e destruído. *O Correio da Manhã*, que fez duras críticas ao governo de Goulart, mas foi contra os excessos da ditadura, teve a sua sede atacada à bomba e Niomar Bittencourt, sua proprietária, foi presa por mais de dois meses.

Contudo, no período anterior ao Golpe e alguns meses depois, a grande imprensa apoiou os militares. O *Jornal Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, publicou um editorial no dia 1º de abril de 1964 exigindo a deposição de João Goulart, intitulado “Fora!”. O *Diário de Notícias*, também do Rio de Janeiro, no dia 2 de abril de 1964, publicou uma manchete em que se lia: “Ibrahim Sued informa: é o fim do comunismo no Brasil. Ainda no dia 2 de abril, o *Diário de Piracicaba*, em São Paulo, declarou: “Cessadas as operações militares: a calma volta a reinar no país”. O *Diário do Paraná*, no dia 2 de abril, afirmou: “Povo festejou na Guanabara vitória das forças democráticas”. O *Dia*, em 3 de abril: “Fabulosa demonstração de repulsa ao comunismo”. O *Estado de São Paulo*, no dia 2 de abril: “Vitorioso o movimento democrático”. O *Globo*, no dia 2 de abril: “Ressurge a democracia!”

Como se vê, a grande imprensa endossou o golpe de Estado, além de adotar um discurso anticomunista em seus editoriais:

Fora! A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart que não a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: Saia! Durante dois anos o Brasil agüentou um governo que paralisou o seu desenvolvimento econômico, primando pela completa omissão, o que determinou a completa desordem e a completa anarquia no campo administrativo e financeiro. Quando o Sr. João Goulart saiu de seu neutro período de omissão foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranquilidade e insegurança, que teve o seu auge na total indisciplina que se verificou nas Forças Armadas. Isto significou e significa um crime de alta traição contra o regime, contra a República, que ele jurou defender. Sr. João Goulart iniciou a sedição no país, não é possível continuar no poder. Jogou os civis contra os militares, os militares contra os próprios militares. [...] O Sr. João Goulart não pode permanecer na Presidência da República, não só porque se mostrou incapaz de exercê-la, como também conspirou contra ela; como se verificou pelos seus últimos pronunciamentos e seus últimos atos. Foi o Sr. João Goulart que iniciou, de caso pensado, uma crise política, social e militar, depois de ter provocado a crise financeira com a infiltração desordenada e o aumento do custo de vida em proporções gigantescas. Qualquer ditadura no Brasil representa o esmagamento de todas as liberdades, como aconteceu no passado e como tem acontecido em todos os países que tiveram a desgraça de vê-la vitoriosa. (...) Queremos que o Sr. João Goulart devolva ao Congresso, devolva ao

povo, o mandato que ele não soube honrar. Nós do Correio da Manhã defendemos intransigentemente, em agosto e setembro de 61, a posse do Sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a Constituição. O Sr. João Goulart deve entregar o governo ao seu sucessor, porque não pode mais governar o país; a Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las (Correio da Manhã, 1964).

À visão da grande imprensa, o golpe foi um ato revolucionário e democrático. Muito desse apoio exacerbado veio em decorrência da posição política predominante da imprensa nacional, de anticomunismo e repúdio ao governo de João Goulart. Apenas o jornal *Última Hora* apoiava Jango. Em linhas gerais, a posição da imprensa era de apoio incondicional ao golpe. A grande imprensa era conservadora e o clima de Guerra Fria estava intenso na primeira metade dos anos 1960.

Denominado de Guerra Fria, o conflito mundial tinha como protagonistas as duas maiores potências da época, Estados Unidos e União Soviética, e durou entre os anos de 1847 e 1991. A guerra se caracterizou por possuir um caráter ideológico e polarizante. De um lado, os Estados Unidos, capitalista, do outro, a União Soviética, socialista. Nesse contexto, o mundo todo passou a ser dividido entre esses grandes blocos. Na época, a política brasileira estava alinhada ao capitalismo norte-americano, mas, como foi visto anteriormente, o governo de Jango cada vez mais se aproximava de ideais comunistas. Como afirma Motta (2000, p. 301):

A principal atividade desempenhada por este conjunto de organizações (anticomunistas), esforço que contou com apoio e simpatia de setores da grande imprensa, foi propagandar o anticomunismo entre a sociedade. Em grande medida, as representações anticomunistas divulgadas significavam uma continuidade com a tradição iniciada logo após os eventos de 1917 e consolidada na década de 1930. Assim, temas clássicos do repertório anticomunista foram recuperados, como as denúncias acerca dos sofrimentos no mundo comunista, a associação do comunismo à imagem do mal (demônio, doença, violência) e a práticas imorais, bem como a concepção de que se tratava de proposta estrangeira, fenômeno importado. A permanência no tempo de um conjunto básico de representações anticomunistas permite-nos afirmar que se estruturou uma tradição anticomunista na sociedade brasileira.

Em entrevista⁴ concedida à presente pesquisa, o professor Orivaldo Biagi confirmou o apoio massivo da imprensa ao golpe:

Quando os militares derrubaram o governo Jango, o apoio da imprensa foi imediato. E, em alguns casos, com certa hipocrisia: o jornal *O Estado de São Paulo* concordou com o golpe e se colocou imediatamente de maneira crítica ao regime que se instaurou - lógica do “mal menor”. Com o tempo, o jornal, talvez o mais conservador da grande imprensa, seria atingido diretamente: matérias inteiras seriam censuradas, com o jornal deixando colunas em branco, colocando receitas que não funcionavam ou poesias de Camões nos espaços atingidos. A ditadura agiu como ditaduras agem – com autoritarismo e controle. Logo o autoritarismo (prisões, torturas etc.) e o controle (censura, apreensões etc.) atingiram a imprensa como um todo.

⁴ Realizada em julho de 2022.

2 A CIDADE DE ATIBAIA E O JORNAL O ATIBAIENSE

A Estância Climática de Atibaia é um município paulista da Região Bragantina situado a 67 quilômetros da capital do estado. Possui aproximadamente 145 mil habitantes⁵ que desfrutam de uma boa qualidade de vida, com clima temperado de serra, belas paisagens, média anual de 19 graus Celsius, baixas taxas de homicídio e de violência. A cidade tem suas origens nas rotas dos bandeirantes no século XVII, sobretudo das expedições que partiam de São Paulo para Minas Gerais e faziam pouso em um povoado ali situado⁶. A fundação oficial foi em 1665, pelo bandeirante Jerônimo de Camargo. Oriundo da língua Tupi, o nome “Atibaia” está vinculado ao rio que passa pela cidade, atribuindo-lhe possíveis adjetivações como “agradável”, “limpo” ou “revolto”.

O crescimento urbano de Atibaia ao longo do século XX foi lento. Segundo o advogado, professor e ex-prefeito de Atibaia Gilberto Sant’Anna⁷:

Até os anos 1950, os equipamentos públicos (saúde, educação etc.), os poderes executivo, legislativo e judiciário; a indústria, o comércio e as igrejas encontravam-se no centro urbano, limitado pela Rua 13 de Maio, Cemitério São João Batista, Rua Adolfo André e Avenida São João. Dois terços da população do município viviam na zona rural e compareciam à cidade regularmente em razão das próprias demandas. Alguns sitiantes erguiam casas rústicas onde se instalavam com a família, principalmente durante o ciclo natalino.

Com a inauguração da rodovia Fernão Dias, em 1960, que liga a cidade de São Paulo a Belo Horizonte e passa por Atibaia, as coisas começaram a mudar. A população da cidade, que nesse mesmo ano era de 23 mil habitantes, começou a crescer acima de 2% ao ano. A especulação imobiliária impulsionou a economia do município e os loteamentos estenderam a zona urbana. O parcelamento do solo se fez sem critério algum e, nos anos 1980, havia cerca de 700 quilômetros de ruas sem infraestrutura. Nessa época, a ausência de saneamento básico no local foi responsável por uma taxa de mortalidade infantil igual à das regiões mais pobres do Brasil. A cada mil crianças nascidas, morriam 58.⁸

Ainda nesse período, outros polos urbanos surgiram e a cidade se descentralizou. A avenida Lucas Nogueira Garcez, por exemplo, que era apenas uma estrada rural e saída para São Paulo pela estrada de terra SP-8, virou um importante ponto de comércio e gastronomia. A rodovia Fernão Dias mudou a entrada da cidade, fazendo erguer para esta um enorme pontilhão. A partir de 1960, o “centro velho” foi descaracterizado, e começou um processo de demolição

⁵ Projeção calculada pelo IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/atibaia/panorama>. Acesso em: 28 dez. 2022.

⁶ Disponível em <https://www.camaraatibaia.sp.gov.br/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

⁷ Entrevista concedida à presente pesquisa em 25 jul. 2022.

⁸ *Idem*

deliberada dos prédios antigos.

O principal veículo de imprensa local sempre foi O Atibaiense, jornal fundado em 1901 pelo munícipe Antônio da Silveira Maia. Chama a atenção o pioneirismo da data de criação, configurando-o como um dos mais antigos jornais do interior do estado ainda ativos. O próprio jornal assume que faz parte da história da cidade, visto que “reúne documentos sociais que registraram modos de vida, posturas, estados de espírito da comunidade, a política, a sociedade, o comportamento e as suas respectivas mudanças através do tempo”. E segue afirmando que “queremos incentivar as atividades e os projetos relativos à preservação da memória local, que podem até incorporar os registros orais e os eventuais acervos pessoais, muitos ainda desconhecidos”⁹.

Na década de 1960, O Atibaiense tinha formato tabloide e circulava uma vez por semana, sempre aos sábados. A presença forte da igreja católica em suas páginas e o destaque dado a pautas como o combate ao divórcio, ao comunismo e às reformas de base do presidente João Goulart permitem classificá-lo como um veículo conservador. Na mesma época, havia também na cidade o jornal A Tribuna do Povo, que pertencia à União Democrática Nacional (UDN) e era igualmente conservador, e O Popular, jornal independente dirigido por Ranulfo Aranha, que era a principal referência para estudantes, intelectuais e vanguardistas.

3 ANÁLISE DE CONTEÚDO DO JORNAL O ATIBAIENSE

Entre os anos de 1947 e 1991, a população mundial assistiu às duas principais potências da época, os Estados Unidos e a União Soviética, se digladiarem em um conflito político e ideológico. De um lado, os EUA, que afirmavam ser o capitalismo a melhor ideologia a se seguir. Do outro, a URSS, que tinha a corrente socialista como seu expoente fundamental. No meio deste embate, estava o restante do mundo: a Europa, ainda devastada pelas consequências da Segunda Guerra Mundial, finda em 1945, e os chamados “países de terceiro mundo”, termo criado em 1952 pelo economista francês Alfred Sauvy, dentre os quais se encontrava o Brasil.

Neste contexto, fica claro que os Estados Unidos procuravam cada vez mais aliados para fortalecer a hegemonia do capitalismo. Segundo Dockhorn (2014), o que determinou a virada de olhar dos EUA para com o Brasil e a América Latina em geral foi a Revolução Cubana, que trouxe Fidel Castro ao poder em 1959. Abertamente aliado às convicções socialistas, o então atual governo cubano possuía uma estreita relação com a URSS. Conforme salienta o autor:

⁹ Disponível em: <https://site.oatibaiense.com.br/> Acesso em: 23 maio 2022.

A preocupação anticomunista norte-americana já havia sido insuflada com a Guerra da Coreia (1950-1953) e com as estratégias de atuação de apoio à países em desenvolvimento defendida pela União Soviética sob o comando de Khrushchev. A “crise dos mísseis” foi o ápice destas tensões e para evitar que o exemplo cubano fosse seguido no continente, o governo dos Estados Unidos ousou na política em relação à América Latina pois adotaram uma postura de permanente “vigilância”, que teve como primeiros resultados o incremento na formação político-ideológica da oficialidade militar com vistas a intervir nos processos políticos da América Latina (DOCKHORN, 2014, p. 459).

A “crise dos mísseis” foi um episódio de tensão diplomática ocorrido em outubro de 1962, quando a União Soviética instalou em solo cubano um contingente de bases nucleares. A proximidade das armas ao território norte-americano fez com que o país capitalista ficasse ainda mais alerta e combativo para o seu inimigo socialista. Sabe-se então que os Estados Unidos passaram a temer até o menor sinal de apoio à União Soviética, principalmente se viesse dos vizinhos da América Central ou da América do Sul. Desse modo, com a posse de João Goulart, em 1961, que apresentava diversas propostas alinhadas à visão socialista – vide a reforma agrária – a propaganda anticomunista no Brasil, alicerçada pelos EUA, apenas se intensificou, inclusive na imprensa da época, em sua maioria conservadora e liberal.

O jornal O Atibaiense não fugiu de tal padrão. Conforme as palavras¹⁰ de Gilberto Sant’Anna, prefeito de Atibaia entre os anos de 1983 e 1988, na década de 1960 o periódico local O Atibaiense era ultraconservador e repudiava as reformas de base do presidente João Goulart. Ademais, apoiou explicitamente o golpe militar de 1964. A afirmação pode ser fortalecida por algumas observações veiculadas no jornal, no ano de 1964:

Transpira-se Paz e Tranquilidade

Dias históricos são certamente estes que estamos atravessando, quando verdadeiros líderes da democracia, levados pelo nobre senso de patriotismo, diante das ameaças de domínio dos *setários* de Moscou, que pesavam sobre nossa Pátria, comandaram reação, que, sem ser violenta, foi enérgica, e encontrou *éco* favorável em todos os cidadãos, entre os homens de povo como os de Estado e das *Fôrças* Armadas, que realmente amam o Brasil e o querem livre das péias da Rússia, ou de seus satélites.

Quanto parece, tudo caminha para grande paz e tranquilidade, com a formação de um *nôvo gover-* (sic) insuspeito e idôneo.

O povo brasileiro está dando ao mundo uma prova de grande civismo e politização ao aceitar a vontade da maioria, sem derramamento de sangue fraterno.

Nossos votos são para que a paz se consolide com o sincero desejo de concretização mesmo dos legítimos anseios do povo por uma reestruturação necessária, mas condigna, democrática e legal das instituições básicas de nosso País. (O Atibaiense, 1964).

Como se percebe, o jornal viu com bons olhos o golpe militar de 1964. Na perspectiva do periódico, a ação dos militares foi uma revolução, sem a qual a democracia brasileira estaria

¹⁰ Entrevista concedida em 25 jul. 2022.

ameaçada e perigosamente próxima à “ameaça vermelha”, cuja principal representante era a corrente socialista que corria na URSS.

João Goulart, ou Jango, assumiu a presidência após Jânio Quadros, presidente democraticamente eleito em 1961, renunciar ao cargo apenas sete meses depois de tomar posse em janeiro daquele mesmo ano. O governo de Jango, no entanto, era frágil. Segundo Napolitano (2014, p. 17), a crise institucional presente no seu mandato apenas aumentou uma conspiração contra o presidente que já se arrastava há tempos e abrangeu civis, militares, liberais, autoritários, empresários, políticos, classe média e burguesia, todos unidos pelo anticomunismo.

O autor ainda cita que, apesar das boas intenções, o projeto reformista de João Goulart era fraco e necessitava de bases melhores que pudessem justificá-lo. Jango queria realizar uma reforma agrária, legalizar o Partido Comunista Brasileiro e centralizar a economia, posturas que não foram bem recebidas pela elite e pela direita brasileira (NAPOLITANO, 2014).

Assim como foi dito anteriormente, um dos pilares democráticos contrários à política de João Goulart era a própria imprensa. Conservadores e liberais, os veículos de comunicação do período realizaram duras críticas ao governo.

O Jornal do Brasil deu a senha para a formação de um bloco da imprensa contra o governo. Aliás, salvo um ou outro jornal, a imprensa apoiara a sua posse e colocara-se em uma espécie de stand by para avaliar até onde iria o reformismo de Jango. Na sua edição de 13 de setembro de 1963, o então influente Jornal do Brasil publicou um editorial cujo título era “Basta”, anunciando a palavra de ordem que seria a senha para a derrubada de Jango alguns meses depois (NAPOLITANO, 2014, p. 47).

Abertamente contrário à série de atitudes de Jango alinhadas ao pensamento da URSS, o jornal O Atibaense não seguiu na contramão dos seus congêneres e fez questão de afirmar a sua posição combativa ao suposto comunismo que dava as caras nas políticas de João Goulart.

E’ chavão dos últimos tempos, e por tôda a parte, a chamada Reforma Agrária. No Brasil ainda não há, necessidade de reforma agrária, como desejam os fingidos amigos dos camponêses, visando o assalto às propriedades particulares, possuindo, como os possui, o país, terrenos devolútos em quantidade desmesurada [...] Há ainda a considerar-se que existe reforma agrária cristã e reforma agrária anti-cristã, estando voltados para esta os devotos de Fidel Castro, que introduziu a desditosa *Princesa das Antilhas* [...] O Brasil não precisa, nem quer Reforma Agrária. Disso é atestado irrefragável a fragorosa derrota eleitoral última, sem isso inexplicável, do governo Carvalho Pinto, fervoroso propugnador de tal reforma. (O Atibaense, 1963).

A presença da Igreja Católica em Atibaia, no início da década de 1960, era contundente, principalmente nas páginas do periódico O Atibaense. Além de, na época, ser dirigido por um pároco local, o jornal contava com textos escritos por párocos e vigários. A influência do

catolicismo na cidade pode ser representada pela seguinte passagem do livro *História de Atibaia*, de autoria do intelectual atibaiano João Batista Conti:

Nestes últimos tempos temos forçosamente que destacar a figura inconfundível do monsenhor Juvenal de Toledo Kohly, para nós sempre lembrado padre Kolly que aqui foi vigário, reformador da parte interna da Matriz, professor, músico, poeta dos melhores e, sobretudo um grande amigo e assistente espiritual de seus paroquianos, que o lembram saudosos de seus bons dias de vicariato em Atibaia. Após sua morte, reconhecendo a câmara local os grandes serviços por ele prestados à paróquia, homenageou-o, dando o seu nome a uma rua da cidade (CONTI, 2001, p. 61).

De acordo com Conti (2001, p. 46), *O Atibaense* “atravessou o século fixando-se como o mais tradicional jornal da cidade, sendo tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural no dia 17 de fevereiro de 2001”. Logo, percebe-se a importância das ideias publicadas no periódico que, alinhadas ao pensamento católico conservador, impugnava aos seus leitores a concepção de que o comunismo, e tudo o que ligava-se a ele, deveria ser expurgado, para o bem-estar da nação.

Patriótica Mensagem

O Arcebispo de Diamantina, D. Geraldo de P. Sigaud, dirigiu a seguinte mensagem ao povo:

Mineiros, brasileiros que credes em Deus e detestais o comunismo. Após dois anos em meio de sofrimento e sobressaltos, a nação brasileira verificou, estarecida, que quem ocupava a presidência da República era um criminoso que, para se perpetuar no poder, não trepida em entregar o Brasil às hordas vermelhas do comunismo, e trazer para a nossa pátria católica os gemidos dos campos de concentração ou o silêncio da escravidão, que reinam na Rússia, China, Hungria e Cuba (*O Atibaense*, 1964).

Em entrevista¹¹ concedida à presente pesquisa, o Prof. Orivaldo Biagi confirmou os vínculos do veículo com a Igreja Católica:

Mesmo que de maneira desigual, a influência católica na imprensa era muito grande. Não podemos esquecer que naquele momento o catolicismo era muito predominante no público brasileiro e tal situação refletia na imprensa. [...] O comunismo era visto como uma lógica materialista e ateia – e o discurso católico enfatizava esses fatores dentro do pensamento de esquerda como um todo. A lógica da “família” e “liberdade” são apresentados dessa forma: 1 – o ateísmo pretendia destruir a família tradicional para impor o regime autoritário”; 2 – e a liberdade era trabalhada no sentido de escolha do caminho conservador contra a ditadura ateuísta comunista destruidora de valores que queria impor uma lógica material sem alma. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, ocorrida pouco antes do golpe, representa bem como o catolicismo brasileiro trabalhava essas questões.

4 JORNALISMO E MEMÓRIA

As pesquisas feitas sobre determinadas civilizações, épocas e contextos históricos são importantes para conhecermos e reconhecermos a sociedade em que somos inseridos. O jornalismo e a disciplina de história estão interligados no que diz respeito aos estudos históricos.

¹¹ Realizada em julho de 2022.

É importante destacar que existe uma divisão entre o jornalismo como um objeto de informação do cotidiano e o jornalismo como fonte de pesquisas historiográficas, como observa Romancini (2010, p. 88-89):

Convém notar que estabelecemos uma distinção entre o “jornalismo” entendido como uma prática social, envolvendo fundamentalmente as esferas da produção, circulação e recepção de notícias, e o “Jornalismo” como um campo de estudos que, no contexto das ciências humanas e sociais, procura elaborar conhecimento científico sobre o mencionado campo das práticas em suas conexões com a sociedade. Tal campo de estudo, por sua amplitude, irá também com frequência elaborar problemáticas interdisciplinares. Por esta razão, a disciplina da História já mantém um diálogo importante com ambas as noções de jornalismo (campo de práticas sociais/profissionais e campo científico acadêmico).

Entretanto, nem sempre o jornalismo foi visto como uma área de estudo historiográfico. De acordo com o historiador Leopold Von Rank, fundador do paradigma rankeano no século XIX, a história deveria ser uma área científica centralizada afeito de grandes personalidades e, sendo assim, a memória acabaria sendo contada somente por documentos governamentais, e escrita de um modo linear. Essa teoria caiu por terra a partir do século XX, com a fundação da revista francesa *Annales*, que aprofundava as ideias conhecidas como *Nova História*, trazendo para os estudos historiográficos as pesquisas de antropólogos, economistas, psicólogos e sociólogos.

No Brasil, os estudos historiográficos em jornalismo vieram através de pesquisadores dos Institutos Históricos e Geográficos (IHGs) que, a partir de 1850, começaram a fazer levantamentos sobre periódicos nas províncias para mapear a história da imprensa e desenvolver uma identidade para a jovem nação. Porém, a pesquisa foi descontinuada e, ao longo das décadas, a junção de memória e jornalismo foi feita dentro das universidades, em cursos de História, por meio de diversos artigos, como afirma Romancini (2010, p. 98):

O leque de abordagens dos historiadores (ou pesquisadores das ciências humanas, excetuando-se, para efeito dessa primeira descrição, os de Jornalismo/Comunicação) que utilizam o jornal como uma fonte ou objeto de/para problemáticas ampliou-se. Uma amostra de trabalhos relevantes publicados – portanto mais significativa do que exaustiva – indica que houve, no início, maior preocupação com o político, em estudos de ideologias e jornais.

Os jornais são grandes mantenedores de história, trazendo consigo a memória das sociedades e podendo ser fontes de consultas para pesquisas científicas. Conforme analisa Cunha (2015, p. 3):

Os jornais passaram a figurar entre os objetos pesquisáveis para a compreensão do passado. Justifica-se este trabalho, portanto, a partir da importância que têm esses materiais para o desenvolvimento da prática historiográfica (ou de outra ciência), da própria necessidade de se criar locais ou conservá-los a direito privado no intuito de manter sempre viva a memória social.

A memória é uma capacidade dos seres humanos de preservar fatos e experiências que ocorreram no passado e poder repassá-los através de gerações. A memória coletiva é formada por experiências de determinados grupos que são reconhecidas como “oficiais” para eles. A memória coletiva é formada por fatos que determinado grupo dominante guardou como experiência. Segundo Olga Von Simson (2003, p. 14-15):

Ela geralmente se expressa naquilo que chamamos de lugares da memória, que são os memoriais, monumentos, murais, arquivos, bibliotecas, hinos oficiais, quadros e obras literárias e artísticas que exprimem a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade.

Tendo em vista a interdisciplinaridade entre as áreas de Jornalismo e História, o objeto de estudo O Atibaiense tornou-se uma fonte historiográfica sobre um período pouco lembrado na memória da população, no âmbito local. O jornal impresso, apesar de estar caindo em desuso e da falta de interesse da sociedade, que atualmente consegue acompanhar as notícias de forma mais dinâmica, ainda é um importante meio de estudo. Segundo Cunha (2015, p. 1), os jornais impressos são materiais que trazem consigo “o cotidiano, as memórias coletivas, representações das atividades, festas, política, economia dos diferentes segmentos sociais”, de determinado grupo ou comunidade.

A investigação para se obter as edições do periódico para a presente pesquisa foi realizada, sobretudo, no Museu Municipal João Batista Conti, que possui considerável acervo acerca do jornal. No que diz respeito às “boas interações pessoais com fontes de informação”, descritas por Romancini, complementamos as pesquisas entrevistando pessoas que viveram na cidade no período. O resultado foi demasiado interessante para o jornalismo e história, trazendo à luz do presente momento importantes que ocorreram na pacata cidade de Atibaia, na década de 1960.

Entre as descobertas historiográficas da pesquisa, foi possível observar o episódio da renúncia do prefeito Gilberto da Cunha Barros. A capa do periódico apresentava uma nota do exército dizendo que o então prefeito assinou sua renúncia de livre e espontânea vontade:

A nota do comando do II Exército desmente, peremptoriamente, que o Sr. Geraldo da Cunha Barros tenha sofrido qualquer sevícia de parte de militares e afirma que este assinou livre de qualquer coação o documento de renúncia ao cargo de prefeito de Atibaia, na presença de testemunhas idoneas. Esclarece ainda, o II Exército que o sr. Geraldo da Cunha Barros foi demitido da administração estadual a bem do serviço público, foi julgado impedido por decisão soberana da Câmara, responde a inqueritos administrativos e foi indiciado em IPM por subversão e corrupção (O Atibaiense, 1965).

O prefeito Gilberto da Cunha Barros governou a cidade de 1962 a 1964, quando foi

cassado pela Câmara Municipal. Através da declaração¹² do cronista e ex-prefeito de Atibaia, Gilberto Sant'anna, podemos entender melhor o contexto da notícia:

O prefeito Gilberto da Cunha Barros, de perfil liberal, se opunha às oligarquias locais e tornou-se a primeira grande vítima da ditadura. Acabou sendo preso, torturado por militares e policiais e cassado em maio de 1964, por motivos até hoje não esclarecidos. No presídio, “assinou” uma carta renúncia que desapareceu em plena sessão legislativa.

Dessa forma, pode-se perceber como o jornalismo é uma importante ferramenta de pesquisa para a historiografia, fazendo com que a memória possa estar viva para entendermos a sociedade e não cometermos os mesmos erros do passado. Como observa Simson (2003, p. 17):

Esse mergulhar conjunto e compartilhado no passado nos faz emergir mais conscientes quanto aos problemas contemporâneos da vida da comunidade estudada, e geralmente nos conduz naturalmente a ações conjuntas e politicamente conscientes, visando sua superação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo destaca e enfatiza o papel do material jornalístico como fonte de informação historiográfica. Visto como um documento histórico, o jornal *O Atibaiense* guarda em si contribuições que permitem reconstituir e entender melhor parte da história da cidade de Atibaia. Através da análise de exemplares desse jornal, foi possível observar importantes aspectos políticos da sociedade local na década de 1960 e sua relação com a esfera pública e com o poder. Resgatar a trajetória d’*O Atibaiense* nos períodos imediatamente anterior e posterior ao golpe militar mostrou-se um projeto profícuo para a preservação da memória da imprensa na Região Bragantina. Ainda na perspectiva do jornal como objeto pesquisável para a compreensão do passado e construção da memória social, cabe destacar as contribuições que a análise d’*O Atibaiense* nesse período selecionado traz. Servindo como fomento à memória coletiva local, possibilita o enriquecimento da história da imprensa regional.

Conforme observado, o mergulhar no passado nos faz emergir mais conscientes quanto aos problemas contemporâneos, e a observação atenta disso possibilita não cometer os mesmos erros do passado. Como vimos, *O Atibaiense* seguiu a mesma tendência da maioria massiva dos jornais brasileiros da época, apoiar aquilo que chamavam de “revolução”. Se as publicações jornalísticas produzidas naquele período representavam o ponto de vista das classes dominantes e da Igreja Católica, o percurso histórico seguinte ao golpe mostrou o lado autoritário, cruel e covarde da ditadura militar. Os veículos de imprensa voltaram atrás na sua posição em relação

¹² Entrevista cedida à presente pesquisa em 25 jul. 2022.

ao golpe militar brasileiro poucos anos depois quando, a partir do Ato Institucional no. 5, de 1968, disseminaram-se as perseguições, prisões e assassinatos de jornalistas. Redações foram fechadas, jornais foram cassados e suas edições alteradas ou proibidas de circular.

REFERÊNCIAS

CONTI, João Batista. **História de Atibaia**. Atibaia: Prefeitura da Estância de Atibaia, 2001.

CUNHA, Jordana Maria Lopes da. De fonte a objeto: o jornal impresso como patrimônio histórico-cultural. *In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA E REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS NORTE E NORDESTE*, 5., 2015, Maceió. Anais [...] Maceió: Edufal, 2015. v. 1, p. 1 - 11. Disponível em: https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/_Jordana%20Maria%20Lopes%20da%20Cunha%20-%20101020401%20-%203649%20-%20corrigido.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. A Guerra Fria e o golpe civil-militar de 1964 no Brasil. **Impactum: Revista Portuguesa de História**, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 457-480/2014. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/35430/1/RPH45_artigo22.pdf. Acesso em: 13 set. 2022.

FORA! **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.714, p.1, 1 abr. 1964.

MAGALHÃES, Mário. 19 capas de jornais e revistas: em 1964, a imprensa disse sim ao golpe. **Uol Notícias**, 31 mar. 2014. Disponível em: <https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe/>. Acesso em: 16 set. 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho"**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NOTA de esclarecimento. **O Atibaense**, Atibaia (SP), ano 64, n. 3.274, p.1, 9 jan. 1965.

PATRIÓTICA mensagem. **O Atibaense**, Atibaia (SP), ano 63, n. 3.245, p.1, 11 abr. 1964.

REFORMA agrária. **O Atibaense**, Atibaia (SP), ano 62, n. 3.191, p.1, 16 mar. 1963.

ROMANCINI, Richard. História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. *In* BENETTI, Marcia & LAGO, Cláudia (Orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010, p. 88-110.

SIMSON, Olga Von. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**. n. 6, p. 14-18, 2003. Disponível em: <http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/vonsimson.html>. Acesso em: 12 set. 2021.

SOARES, Glaucio. Censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v.4, n.10, 1989. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/10/rbcs10_02.pdf. Acesso em: 16 set. 2022.

TRANSPIRA-SE paz e tranquilidade. **O Atibaense**, Atibaia (SP), ano 63, n. 3.242, p. 1, 4 abr. 1964.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura À Brasileira: 1964-1985**. A democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: Leya, 2014.